



# EDITORIAL

Caros leitores,

A 53ª edição da Revista Digital do Tribunal de Contas do Estado do Paraná reafirma seu compromisso com a difusão de conhecimento técnico e jurídico voltado ao aprimoramento da administração pública e ao fortalecimento do controle externo.

O primeiro artigo apresenta a governança pública sob perspectiva didática e aplicada, relacionando liderança, estratégia e controle à atuação cotidiana dos servidores. O estudo destaca a articulação entre planejamento, execução e avaliação como caminho para a entrega de resultados e a geração de valor público.

Na sequência, estudo sobre os desafios municipais na fiscalização tributária examina a transição do imposto sobre serviços para o Imposto sobre Bens e Serviços. Com foco em Curitiba, a análise aborda a adaptação legislativa, a integração entre administrações tributárias e a modernização tecnológica dos fiscos locais.

Outro artigo aprofunda a relação entre governança pública e melhoria da gestão administrativa. A revisão bibliográfica e a análise documental destacam o comprometimento da alta administração e a incorporação de práticas de gestão de riscos, controle interno e prestação de contas, associadas à transparência e à participação social.

A proteção de dados pessoais também integra a edição, em análise dos avanços normativos e dos desafios de aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados. O texto relaciona a efetividade desse direito à segurança da informação, à capacitação e à cultura de privacidade, considerando a atuação regulatória e a jurisprudência.

A revista apresenta, ainda, estudo sobre auditoria interna preventiva à luz das normas do TCE-PR. A análise documental do manual de auditoria da Câmara Municipal de Londrina examina a seleção de objetos baseada em riscos, o tratamento das causas das falhas e o monitoramento das recomendações. Destaca a independência técnica e a articulação entre controle interno e externo para o aperfeiçoamento da gestão.

A seção de Acórdãos reúne decisões do Tribunal Pleno sobre acumulação de cargos, benefícios a agentes políticos, consórcios intermunicipais, licitações compartilhadas, registro de preços, quarterização e previdência, entre outros temas. Os julgados contribuem para a segurança jurídica, a uniformização de entendimentos e a orientação dos gestores públicos.

Com esse conjunto de estudos e decisões, a Revista Digital do TCE-PR promove o diálogo entre pesquisadores, servidores, gestores e órgãos de controle, oferecendo subsídios para uma administração pública mais eficiente, transparente e comprometida com o interesse coletivo.

Boa leitura.

**IVENS ZSCHOERPER LINHARES**

Conselheiro Presidente